

Tem a palavra o Deputado Joaquim Francisco.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Presidente, Srs. Deputados, aqui estou para falar sobre planejamento familiar, tema que de longa data me vem ocupando e preocupando, posto que os assuntos de relevância sócio-econômica devem ser ocupação e preocupação constante do homem público. Planejamento familiar é um desses temas que, embora venham sendo há tempos discutidos, não encontraram solução sistemática, base consensual, ação coordenada. Tema da maior relevância e atualidade, que merece ser repensado e rediscutido até que, científica, técnica e politicamente, se viabilize numa ação efetiva de governo e sociedade.

Abordo, portanto, a matéria, certo de sua importância e oportunidade, consciente de que, nestes tempos de Constituinte, é imprescindível rediscuti-la. Abordo-a também com a ciência de que, embora não seja eu a pessoa mais indicada para aprofundá-la, poderei contribuir. Da discussão nasce a luz, diziam os antigos. E da vontade e determinação nascem as soluções para os problemas — novos e velhos — que marcam o perfil de nossa realidade.

Planejamento Familiar e suas Repercussões

Preliminarmente, gostaria de referir-me à conferência que proferi abrindo os trabalhos do Seminário de Tropicologia do Ano de 1984, a convite do saudoso mestre Gilberto Freyre, na Fundação Joaquim Nabuco, sob o título "Planejamento Familiar e Trópico".

Faço referência a esse trabalho porque ali coloquei, entre outros assuntos, com bastante clareza, algumas conceituações que, socraticamente, devem preceder qualquer debate sobre assunto tão polêmico:

1º — Conceitualmente, colocava que, em resumo, planejamento familiar significa um modo racional de prever a quantificação da prole, em função da capacidade de prover o bem-estar, no sentido mais amplo, da família e seus membros. Uma limitação consciente de procriação, quanto ao número ou espaçamento dos filhos; ou, na outra ponta do problema, o tratamento de casais estéreis. Não é o simples "controle da natalidade", no sentido de imposição — imposição de ordinário governamental ou por governos avaliada. Não é também infanticídio, posto que não se predica uma ação abortiva, mas, pelo contrário, uma previsão, pré-ação, tendente a elidir as práticas de abortamento, por legal e moralmente condenáveis. Planejamento familiar é, ao certo, uma ação de profundíssimas ressonâncias macro e microeconômicas, macro e microsociais.

2º — Com respeito à explosão demográfica, eu dizia: Como se explica a explosão demográfica que tanto tem preocupado modernamente a um Einstein, a um Toynbee, a um Huxley, ou, especificamente no mundo tropical, a um Gilberto Freyre? O célebre gráfico da "transição demográfica" coloca bem o problema, correlacionando as taxas de natalidade com as de mortalidade. Num primeiro momento, que os autores chamam de "dinâmica pré-moderna", natalidade e mortalidade se compensavam, ou quase. A segunda fase, onde começa a "explosão", se caracteriza por uma baixa da mortalidade não-compensada por uma queda da fecundidade. Numa terceira fase, temos que à queda da mortalidade se acrescenta uma queda da fecundidade. É o que já ocorre na Europa, por exemplo, que levou mais de um século nessa adaptação, de modo progressivo e espontâneo. Mas, enfim, teríamos uma quarta fase, que não se pode caracterizar pela espontaneidade, mas que, pela urgência dos novos tempos, se caracteriza pela interferente, consciente, planejada ação de controle direto e racional sobre a mortalidade e sobre a natalidade.

3º — Pensando especialmente na realidade populacional brasileira eu colocava: no caso brasileiro, volta sempre à baila aquele antigo argumento de que somos um país continental, com apenas cerca de 14 habitantes por km², áreas despovoadas, país a ser desenvolvido com mão-de-obra abundante. Pensa-se na Inglaterra, com seus trezentos e tantos habitantes por km², na China com mais de 100. Entretanto, é evidente a falácia do argumento, pois que a simples correlação homem-espaço não autoriza conclusões econômicas ou socialmente válidas, se não tivermos um espaço preparado para a atividade econômica e se os homens a ocupá-lo não forem física e socialmente saudáveis e aptos. De mais a mais, um país pode estar adequadamente povoa-

do com 440 habitantes por km², como é o caso da Holanda, e estar superpovoado com uma média de 1 habitante por km². A densidade tem diferente importância numa civilização agrícola primitiva e numa civilização moderna industrial. O que importa mais é a velocidade do crescimento, no caso tropical, de ordinária alta. Altíssima, no caso brasileiro. Exigindo não um estudo de ciência linear, mas uma abordagem não só biológica, ou antropológica, ou demográfica, ou médica, ou econômica, ou sociológica, ou jurídica, ou política, ou religiosa. Mas integrada, urgentemente integrada. Huxley foi claro em sua profecia: "Esta é a última geração capaz de tratar livremente o problema populacional. A sucessiva será compulsoriamente compelida a fazê-lo".

Aliás, é bom que se frise que o progresso científico e tecnológico colocou em segundo plano a idéia de que uma grande população significa poder.

4º — Quanto à correlação entre demografia/planejamento familiar e sócio-econômica, em face de nossa realidade, asseverei: Segundo o economista Kenneth Boulding, citado por Gilberto Freyre, o aumento de população tem dois aspectos: um imediato, relacionado com a dinâmica populacional, e outro relacionado com o equilíbrio da população em relação não só à alimentação, mas com espaços. Quanto ao primeiro aspecto, sem controle da natalidade, as sociedades potencialmente em desenvolvimento tendem a encontrar-se diante de um obstáculo ao desenvolvimento econômico de tal monta que este deixará de verificar-se, pela impossibilidade de a parte economicamente ativa poder manter-se e manter as demais partes acima dos padrões da miséria. Quanto ao segundo aspecto, Boulding pensa, diz Gilberto Freyre, "ser inevitável, a continuarem descontrolados os ritmos atuais de aumento de população, quer em áreas tropicais, quer noutras áreas, caminhar para uma condição tal de falta de espaço saudável para a vivência e a convivência humana que se assemelhará a uma espécie de claustrofobia".

Se nos países desenvolvidos — cerca de 30, ao todo — a taxa de crescimento do produto nacional é, pelo menos, cinco vezes maior que a taxa de crescimento demográfico, os países subdesenvolvidos — mais de 100 — padecem do excesso de população em relação à economia que os retém, por isso mesmo, na condição de subdesenvolvidos. Em tais condições, os investimentos possíveis em infra-estrutura, educação, saúde, equipamentos urbanos e o que mais for, apenas arranham os problemas que, na maioria dos casos, continuam seu trágico agravamento, sua crescente dívida social.

A Realidade Social do Brasil

É conhecida a colocação do economista Rubens Costa, quando define a dívida social brasileira:

- 9,3 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola;
- 19,4 milhões de analfabetos com idade acima de 15 anos;
- 18,3 milhões de pessoas ganhando até um salário mínimo;
- 20 milhões de pessoas sem água encanada, nas cidades;
- 9 milhões de pessoas sem energia elétrica, nas cidades;
- 1,3 milhão de pessoas sem instalações sanitárias, nas cidades;
- 8,9 milhões morando em casas com um só dormitório;
- 360 mil crianças que morrem a cada ano, antes de completarem 1 ano;
- A expectativa de vida do nordestino é 29% menor que a dos habitantes do Sul;
- A expectativa de vida das pessoas com mais de 5 salários mínimos é 27% maior que daqueles que recebem até 1 salário mínimo.

Diante deste quadro, que poderia ser agravado por outras informações e que tende a se tornar a cada dia mais agudo, há de se parar para pensar. A população mundial completou neste ano 5 bilhões de habitantes. Mas nove entre dez bebês nascidos em 1987 virão ao mundo em lugares e condições erradas, em países onde grasse miséria, fome mortalidade infantil, pequena expectativa de vida e péssima qualidade existencial. Dentre as 220.000 crianças que nascem por dia, alguns serão do Primeiro Mundo e lá provavelmente o nascido será

filho único, terá uma expectativa de vida de 78 anos; condições totalmente diversas terá se nascido no Terceiro Mundo. Mas a verdade é que não está nascendo gente bastante nos países e sociedades que têm todas as condições para absorver uma população maior; ao mesmo tempo, está nascendo gente em demasia nos países e sociedades que não têm sequer as condições mínimas de dignidade e decência para a população que já possuem. No primeiro caso, afirma-se que existe o perigo de enfraquecimento das sociedades mais avançadas do mundo. No segundo caso, o perigo é a perpetuação e agudização da miséria, nas sociedades terceiro-mundistas. Evidentemente, neste segundo caso se insere o Brasil.

Não seria necessário análise aritmética para constatar que a população brasileira se caracteriza, pelo prisma demográfico, por: baixa densidade (e, daí, áreas semi-povoadas), composição com prevalência de jovens (e, daí, a ocorrência de elevados encargos para a população economicamente ativa), crescimento vegetativo elevado (com duplicação populacional em curtos prazos e crescentes necessidades de infra-estruturas educacionais, habitacionais e outras), elevada taxa de natalidade (com as mais graves consequências, especialmente quanto a menores abandonados, criminalidade, fome etc.), forte mortalidade (com redução da vida economicamente ativa), intensa mobilidade interna (verificando-se por exemplo, a acelerada concentração urbana e todos os problemas urbanísticos daí decorrentes), diferenças regionais agudas (que demarcam uma precária justiça distributiva do País).

Para o Brasil, ter uma população crescendo a, digamos, 1% ao ano seria suportável, pelo ritmo com que o País tem conseguido criar novos empregos e gerar riquezas. No entanto, nas últimas três décadas, temos crescido a pelo menos 2,5% ao ano. Crescemos um Uruguai por ano; um Portugal a cada três anos. Como poderemos, assim, dentro do nosso ritmo de incremento econômico, atender às necessidades básicas da população e reverter aquela dívida social de que falava Rubens Costa?

O ex-Ministro Jorge Bornhausen recentemente afirmava, ao analisar a leve diminuição da taxa de natalidade brasileira, que "essa diminuição é ainda incipiente e para abater a dívida social temos que manter ao alcance da mulher mais humilde os recursos disponíveis para que ela, se quiser, possa evitar mais filhos". Acrescenta o ex-Ministro que o País tem adiado uma ação concreta nessa área, com fundamento em uma falácia: a de que o Brasil é subpovoado.

O caso nordestino

No caso especificamente nordestino, a questão social é reconhecidamente grave.

O Nordeste está hoje com 40 milhões de habitantes, abrangendo quase um terço de toda a população brasileira. Mas essa população de sobreviventes ganha menos da metade (40%) da renda per capita nacional ou um quarto da renda média registrada para São Paulo. Renda tão mal distribuída que 3 milhões de famílias nordestinas sobrevivem em condições classificadas pelo Banco Mundial como estado de pobreza absoluta.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, em trabalho publicado na revista "Vozes" (jan/fev. 1985, nº 1), lembra estudo recente da UNICEF, segundo o qual 3,5 milhões de crianças (69%) do Nordeste estão permanentemente afetadas pelo anismo, ou seja, por deficiência no porte e estatura física causada pela ingestão insuficiente de alimentos.

Isto já havia sido denunciado pelo cientista pernambucano Nelson Chaves, na década de 50. Dizia ele que na Zona da Mata (onde se concentram as faixas de terras mais férteis da região), a estatura da população, devido à carência de proteína, "vem diminuindo progressivamente; assemelhando-se à estatura do pigmeu da África". Advertia, no entanto, "que o nanismo do pigmeu da África é genético, e a marcha para o nanismo em apreço é por desnutrição".

A este respeito, também se pronunciou o Prof. Gilberto Osório, referindo-se ao Nordeste brasileiro:

"Está suficientemente comprovado, tanto experimentalmente como através da observação de seres humanos, que a desnutrição grave durante a gestação e durante a primeira fase pós-natal acarreta o retardamento do crescimento do recém-nascido."

Nos quatro primeiros anos de vida de uma criança essa atrofia afeta irreversivelmente o desenvolvimento intelectual." E prossegue: "É lícito o temor de estarmos assistindo, em toda a região, a uma multiplicação de incapazes e débeis mentais."

Tais afirmações foram ratificadas no estudo "Aspectos Geopolíticos da Problemática Alimentar e Nutricional", dos cientistas Bertoldo Kruse e Fernando Figueira, onde se afirma a ocorrência de um comprometimento intenso do programa genético de crescimento, já nos dois primeiros anos de vida, dando-se razão a Nelson Chaves quando refere que estamos criando no Nordeste uma geração de nanicos.

Segundo conclusões de Batista Filho, em face de carências nutricionais, larga margem das crianças nordestinas, especialmente das áreas rurais, seriam classificadas na faixa de nanismo.

Recentemente, o Prof. Meraldo Zisman, em amplo e profundo trabalho de pesquisa cujo título "Nordeste Pigmeu Uma Geração Ameaçada" representa cortante grito de alerta, amplia os estudos sobre a desnutrição, comparando grupos sociais distintos estabelecendo uma correlação entre ambos. Além disto, classifica as regiões estudadas pesquisando a Zona da Mata e a Região Metropolitana do Recife. E as conclusões são alarmantes, a exemplo de estudos anteriores.

Tive oportunidade de promover nesta Casa o lançamento desse livro no qual o Prof. Meraldo Zisman amplia o estudo dos problemas de nutrição da Zona da Mata de Pernambuco e de outros Estados do Nordeste chegando à conclusão de que os mesmos fatores que interferem no crescimento das crianças da Zona da Mata — posteriormente pesquisados por Nelson Chaves e Gilberto Osório — atingem hoje todas as regiões metropolitanas do Nordeste.

Este quadro nordestino se relaciona estreitamente com os altos índices de natalidade que nesta região ainda são verificados. Na maioria das vezes por falta de educação familiar, tabus religiosos, carência de meios ou simplesmente deficiência de informação.

A revista "Veja", de 17 de junho passado, em matéria especial sobre o problema demográfico brasileiro, afirma que no Brasil ainda nascem mais crianças que nos Estados Unidos e na União Soviética somados. Refere a matéria que ao longo das últimas décadas houve quedas esporádicas da taxa de fecundidade no Nordeste brasileiro. Ocorre que a diminuição se deu em áreas isoladas e já se partiu de um patamar excessivamente alto, e o que baixou não leva ainda a um ponto de racionalidade. E diz, literalmente, a referida revista:

"A mascarar ainda mais os índices que dão conta de uma queda do crescimento populacional do Nordeste, encontra-se a migração."

Há uma intensa migração por falta de oportunidade de trabalho, principalmente na região produtora da monocultura da cana-de-açúcar.

"Em muitos casos, o escasseamento populacional materializou-se nas estatísticas simplesmente porque as pessoas escaparam da malha do censo, por se terem mudado para as grandes cidades. Assim, o que parece ser número alvissareiro, a queda populacional numa região miserável, apenas esconde um fato desanimador: a mudança da miséria do campo para a cidade."

Cabe observar que tais afirmativas se louvaram em pesquisa científica conduzida pelo demógrafo Hélio Moura, da Fundação Joaquim Nabuco.

A Ação Governamental e a Constituinte

Segundo dados disponíveis, o crescimento populacional do País tem diminuído, mas não em função de uma ação planejada, ética e juridicamente lícita. Segundo estatística citada recentemente por D. Luciano Mendes de Almeida, Presidente da CNBB, em Itaici (SP), cerca de 4 milhões de abortos são realizados anualmente no Brasil, superando o número de nascimentos, que gira em torno de 3,8 milhões. À luz desses dados, o Ministro da Saúde destacou que a maneira correta de evitar a disseminação dos abortos é através do planejamento familiar, que dá à mulher os meios moral e legalmente corretos de evitar a gestação.

O aborto provocado é, assim, a maior causa de óbitos entre as mulheres brasileiras, causa de morte superior ao câncer; aos problemas cardíacos ou aos acidentes de trânsito. Com seus 4 milhões de abortos provocados

anualmente, cerca de 10% das estatísticas mundiais, o Brasil é o campeão de interrupções deliberadas da gravidez, proporcionalmente à sua população. Vinte por cento desses abortos são provocados no Nordeste. Morrem, em razão disso, anualmente, 400 mil mulheres brasileiras. E veja-se que a maioria dessas mulheres são vítimas de sua própria ignorância, na medida em que não têm informações de como evitar a gravidez indesejada.

Talvez tenha sido esse quadro de mortes que mais tenha incentivado o Governo, através do Ministério da Saúde, a tentar a efetivação de medidas tendentes a melhorar tal situação. Por via do "Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher", profissionais de Saúde tentam orientar corretamente as famílias. Infelizmente, ainda com pouca eficiência. É o que comprova pesquisa realizada pelo IBGE em 90.000 domicílios em todo o País abrangendo cerca de 500.000 pessoas, cujos resultados são divulgados pela revista *Veja*, edição de 11 de novembro. Observa-se que o principal método contraceptivo utilizado pelas mulheres no Brasil é a esterelização cirúrgica, atingindo 27,2%, vindo, em segundo lugar, a pílula, utilizada por 15,2% das mulheres.

Para que se tenha uma idéia desses dados, direi que num dos países que mais incentivam o controle da natalidade, a China, apenas 17% das mulheres praticam a laqueadura de trompas, ou seja, os métodos chamados irreversíveis.

A este respeito afirma a Diretora de Pesquisas do IBGE. "Nosso levantamento mostra que as mulheres não possuem informações sobre os demais métodos de anticoncepção", agravando-se a desinformação em Estados de renda mais baixa; com destaque para Pernambuco.

É preciso e é urgente que o Governo e a sociedade, unidos, enfrentem com seriedade e eficiência o problema. Este cresce enquanto são adiadas as decisões de enfrentá-lo.

Diz Egou Nort, Professor de Tecnologia de Alimentos da Universidade de Santa Catarina, que embora o Governo tenha criado há um ano o Programa de Planejamento Familiar, até hoje não foi percebido nenhum resultado palpável. E acrescenta o mesmo cientista:

"Em todo o mundo o planejamento familiar já é adotado. Há exemplos recentes de sucesso, como no México, onde até teleopelotas foram usadas para difundir informações sobre o assunto. No Brasil, o planejamento familiar já é uma prática nas classes alta e média, mas é necessário oferecer também às famílias de baixa renda os meios necessários para que possam planejar seu crescimento. Essa é uma tarefa que deve ser encarada com a máxima urgência, sob pena de sucumbirmos todos com a explosão da bomba demográfica."

A democracia real se fundamenta no respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana. No caso, esse direito de liberdade, direito de livremente planejar a prole e assim poder torná-la participante dos benefícios sociais é um desejo consciente de cerca de 75% da população brasileira, segundo constatado em várias pesquisas recentes. Temos, já, portanto — apesar das vozes isoladas em contrário, geralmente comprometidas por preconceitos ideológicos, morais ou religiosos — temos uma clara tomada de consciência desse direito fundamental de ser informado e ser livres.

Aliás, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Onu, através de seus organismos, implícita ou explicitamente tem apoiado o planejamento da família como um direito humano básico.

E, como é de todo desejável que tais direitos humanos sejam consagrados através da legislação positiva, cabe, neste momento de mutação constitucional, refletir na Carta Magna em elaboração, aquilo que manifestamente é um direito e um anseio dos brasileiros.

Neste sentido, o planejamento familiar foi tratado em três Subcomissões e em duas Comissões Temáticas (a Da Ordem Social e a Da Família), sempre como direito inalienável dos cidadãos brasileiros.

O Relator Bernardo Cabral, no seu 1º Substitutivo, colocou o problema no art. 353, que diz:

"É garantido a homens e mulheres o direito de determinar livremente o número de seus filhos,

vedado todo tipo de prática coercitiva por parte do poder público e de entidades privadas.

§ 1º O Estado assegura o acesso à educação, à informação e aos métodos científicos de regulação da fecundidade que não atentem contra a saúde, respeitado o direito de opção individual."

Tais dispositivos, em sentido essencialmente o mesmo, constam do 2º Substitutivo do Relator Bernardo Cabral, no § 4º, do art. 263, que reza:

"§ 4º É garantido a homens e mulheres o direito de determinar livremente o número de seus filhos e o planejamento familiar, vedado todo tipo de prática coercitiva por parte do Poder Público e de entidades privadas."

A Constituição que estamos elaborando abre, portanto, caminho para a democratização do planejamento familiar. Antes disso, o Governo já tomava medidas que, embora de pouca eficiência prática, demonstravam alguma disposição para enfrentar a questão. Entre essas medidas estão: a inclusão de anticoncepcionais entre os medicamentos distribuídos pela Central de Medicamentos; a autorização para fabricação e comercialização do DIU; a criação da Comissão de Estudos dos Direitos da Reprodução; a oficialização da política de planejamento familiar, através da Portaria nº 3.600, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Considerações Finais

Acredito que, com o reconhecimento constitucional do direito ao planejamento familiar, dá-se, neste País, um grande impulso às ações de governo, de entidades privadas e da própria comunidade. Não será esse planejamento a solução dos nossos problemas sociais e econômicos, nem pretexto para adiar reformas profundas que o Brasil precisa realizar com urgência. Entretanto, sem nenhuma dúvida, sem isto tais problemas dificilmente teriam solução, pois que estaríamos permanentemente frente a um impasse. O planejamento familiar incorpora à realidade brasileira um dado de racionalidade, sem o qual continuaremos sempre, apesar do crescimento econômico, com os componentes críticos advindos do explosivo aumento de população irremediavelmente carenciada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Sandra Cavalcanti) — Nobre Deputado, a Presidência associa-se às congratulações a V. Exª pelo excelente estudo apresentado, que já fez parte do Grande Expediente.

O trabalho de V. Exª constará dos Anais desta Casa e certamente servirá de base para todos aqueles que, na oportunidade da votação da matéria, quiserem dispor de dados atualizados.

Concedo a palavra ao Deputado Nelson Seixas.

O SR. NELSON SEIXAS (PDT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs. Deputados, ocupo mais uma vez a tribuna para lamentar o comportamento do Governo brasileiro nas suas relações econômicas internacionais. É triste assistir a maneira pela qual a grande Nação Brasileira vem-se dobrando diante dos interesses internacionais, aceitando posicionamentos desfavoráveis e descompromissados para a soberania nacional. Isto após ter, no início do Governo Sarney, tomado várias medidas corajosas e nacionalistas, como a moratória, a recusa ao FMI e a reserva da informática, medidas revogadas, as duas primeiras, e ultrajada a última.

É sobre a reserva da informática que venho tecer alguns comentários. Desde a ameaça de retaliação do governo norte-americano, vimos percebendo um claro recuo do Governo brasileiro na questão da informática. No entanto, o caso do requerimento da empresa Unifon de licença para fabricação e comercialização do micro MAC-512 foi o que melhor expressou a atitude subserviente do Governo brasileiro.

O projeto foi, desde o início, acompanhado pela SEI, tendo recebido da secretaria todo o apoio. Findos os estudos, foi apresentado pela empresa à SEI, com a perspectiva de rápida aprovação, pois, como já disse, não era para a secretaria novidade alguma. Concomitantemente, o governo norte-americano chegou ao fim das negociações a respeito da reserva da informática, ameaçando retaliação comercial ao Brasil. Acompanhando a atitude apelativa e — por que não dizer? — desonesta do governo norte-americano, a SEI mudou